
Campanha Rádio Apoio RS: extensão universitária e direito à informação durante a calamidade climática no Rio Grande do Sul (2024)¹

Almir Gomes da Silva²
Maria Eduarda Thaddeu Pedroso³
Jaqueline Quincozes da Silva Kegler⁴
Universidade Federal de Santa Maria- UFSM

Resumo

O trabalho compreende o relato do projeto “Rádio Apoio RS: Campanha de Arrecadação de Rádio à Pilha e Pilhas”, cujo objetivo foi possibilitar o acesso à informação de interesse público para comunidades atingidas pela enchente no RS, em 2024. Adotamos pesquisa bibliográfica e documental para explorar Comunicação Pública (Brandão, 2007); (Monteiro, 2007), as diretrizes relativas ao acesso à informação e comunicação contidas na Constituição Federal (1988) e o escopo da extensão universitária em casos extraordinários, a partir da Política Nacional de Extensão Universitária (2012); Política de Extensão da UFSM (2019) e de Freire (1983). Através do projeto, a universidade estabeleceu diálogo com a sociedade em momento de calamidade pública, oferecendo respostas à necessidade de informação.

Palavra-chave: Crise Climática; Comunicação Pública; Direito à Informação; Extensão; Rádio.

1. Introdução

Entre abril e junho de 2024, o Rio Grande do Sul (RS) foi afetado pela maior catástrofe climática já vivenciada no Estado (BBC News Brasil, 2024), compreendida também como a maior em territorialidade a nível nacional (Fantinel, 2025). As enchentes e desmoronamentos fizeram com que o Governo Federal declarasse estado de calamidade pública, através do Decreto nº 57.596 de 1º de maio de 2024. O número de municípios afetados totalizou 478, conforme o Boletim da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, de 11 de junho de 2024. Destaca-se que o RS é composto por 497 municípios, logo, a quantidade de municípios impactados equivale a mais de 95% do estado.

¹ Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação e Cidadania, da Intercom Júnior – 19ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 7º Semestre, do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, e-mail: silva.almir@acad.ufsm.br

³ Estudante de Graduação, 7º Semestre, do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, e-mail: maria.pedroso@acad.ufsm.br

⁴ Orientadora do trabalho e professora do Curso de Comunicação Social - Relações Públicas do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM e-mail: jaqueline.kegler@ufsm.br

Frente a esse cenário, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) iniciou uma campanha de arrecadação de rádio a pilha e pilhas para distribuição às comunidades atingidas, especialmente pela falta de energia elétrica. Em parceria, centralizando esforços para a região centro do Estado, docentes e discentes do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) passaram a integrar a proposta, através do projeto de extensão “Rádio Apoio RS: campanha de arrecadação de rádio a pilha e pilhas e produção de conteúdo sobre as enchentes”.

O presente artigo visa discutir o desenvolvimento e a atuação da campanha Rádio Apoio RS, durante o período de calamidade em 2024, na região centro do Rio Grande do Sul, a partir de pressupostos de comunicação pública e da prática extensionista universitária. Para tanto, o texto está dividido em duas seções, a primeira centraliza suas discussões no âmbito da Comunicação Pública (Brandão, 2007); (Monteiro, 2007), considerando o direito ao acesso à informação conforme a Constituição Federal (1988), bem como a atuação da área em situações de crise, a partir do pensamento de Duarte (2024).

A segunda seção discute a noção de Extensão e Comunicação de acordo com Freire (1983); a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) e a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (2019). Para mais, compreende o desenvolvimento e atuação do Projeto Rádio Apoio RS como prática extensionista que busca resguardar para o direito e o acesso à informação.

2. Comunicação Pública: direito e acesso à informação

A temática da Comunicação Pública é amplamente discutida no campo acadêmico. Embora ainda em processo de construção, sua definição é comumente compreendida como aquela que “ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em temas de interesse público” (Brandão, 2007, p. 20). Podemos dizer que, em uma situação de calamidade como a vivenciada no RS a comunicação pública pode ser definida com dois pressupostos principais: o direito à informação e o acesso à informação.

No contexto da redemocratização, após o término do regime militar no Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 impulsionou as discussões acerca do

tema. Uma vez que, o artigo 5º da Constituição Federal garante direitos fundamentais a todos os brasileiros e residentes do País, reforçando alguns dos princípios da Administração Pública como a publicidade e transparência. Um desses direitos é o de acesso à informação, previsto no inciso XXXIII, o qual é posteriormente regulamentado através da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Como consequência, permitir o acesso à informação configura-se como dever do poder público e um direito essencial do cidadão. Ao estabelecer que informações de interesse coletivo devem ser disponibilizadas, de maneira acessível e sem a necessidade de requisição prévia, incentivando o uso de recursos tecnológicos para sua divulgação, a norma fortaleceu o compromisso social dos comunicólogos brasileiros que atuam em instituições públicas.

Nesse panorama, infere-se a singularidade da perspectiva pública da comunicação, esclarecido por Monteiro (2007), como o emprego da informação de interesse público a fim de qualificar a população para exercer seus direitos e obrigações cidadãs. Desse modo, a Comunicação Pública direciona seus esforços para o resgate da essência social da comunicação, buscando consolidar a área como uma prática democrática. Para tanto, emprega a informação de interesse público voltada à cidadania, distanciando-se de fatores como a persuasão para vendas ou a promoção de agentes políticos (Brandão, 2007)

Ao abordar a responsabilidade da atuação pública da comunicação em cenários de crise, Duarte (2024) destaca que as instituições devem estar preparadas para gerir tais situações, já que, um gerenciamento inadequado prejudica o desempenho da organização no cumprimento de sua missão e responsabilidade social. Para mais, o autor alerta para a necessidade de ouvir as demandas da sociedade e ofertar os serviços essenciais por intermédio de uma atuação ágil, clara, e acessível para todos os públicos.

A ausência de uma comunicação pública, em contrapartida, abre espaço para a propagação da desinformação e de notícias falsas, intensificando um cenário já adverso (Duarte, 2024). Nessa perspectiva, situa-se o compromisso das instituições públicas, e das instituições públicas universitárias, integrantes do sistema de comunicação pública, no amparo à população na garantia de informação e no combate à desinformação.

2.1 Extensão Universitária

A extensão universitária, no contexto do ensino superior brasileiro, é de suma importância para aproximar o meio acadêmico da sociedade, não somente para levar conhecimento, mas também para ouvir e construir junto com a comunidade ações socialmente responsáveis. Longe de ser apenas um apêndice das atividades acadêmicas, ela forma juntamente com o ensino e pesquisa, um tripé que só faz sentido quando responde às demandas reais que vão além dos muros da universidade.

Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) essa prática deve ser entendida como um processo comprometido com as realidades vividas pelas comunidades, isso significa partir de problemas concretos, identificados no cotidiano das pessoas, para construir alternativas que dialoguem com esses desafios. Ao mesmo tempo, iniciativas extensionistas buscam ser capazes de produzir novas perguntas, novos aprendizados e novos caminhos para a pesquisa e o ensino.

Na UFSM, esse compromisso se expressa na Política de Extensão (UFSM, 2019), que enfatiza os direitos humanos, a interculturalidade e o acesso democrático à informação. Nesse escopo institucional se insere o projeto “Rádio Apoio RS: extensão para o direito à informação”. A proposta nasce da constatação de que, em situações de emergência, como os desastres ambientais que atingiram o Rio Grande do Sul, o acesso à informação confiável pode proteger a vida. Em especial, aquelas em que se encontram em vulnerabilidade social, sem acesso à internet ou às mídias digitais.

A infraestrutura comunicacional é pressuposto para a disponibilidade de informações. No caso da calamidade causada pelas enchentes, houve a destruição de rede elétrica em algumas localidades e além disso, a instabilidade da internet atrelada à perda de equipamentos, como os celulares usados pelos cidadãos para sua comunicação. Dessa forma, a comunicação pelos canais digitais não poderiam ser os únicos alimentados pelas instituições, nem mesmo a única fonte de informação às comunidades. O rádio à pilha nesse cenário se mostra uma ferramenta indispensável, seja pela sua capilaridade, pela linguagem direta e pelo vínculo, muitas vezes, afetivo que mantém com seus ouvintes, alcançando lugares e pessoas à margem das políticas e infraestruturas de comunicação.

A luz dessa perspectiva a extensão representa um papel que busca fazer da comunidade o espaço central da construção de um conhecimento que não é verticalizado, mas uma via de mão dupla que compreende os sujeitos como capacitados de análise crítica e por tanto conscientes de suas necessidades. Nesse sentido é preciso que tal prática seja interpretada como defende Paulo Freire (1983) em seu ensaio “Extensão ou Comunicação?”, que rejeita a ideia da extensão como um ato de “levar” conhecimento pronto do centro (universidade) para a periferia (comunidades), como se os saberes populares fossem inexistentes. Para Freire (1983), essa lógica extensionista tradicional é autoritária e arbitrária, propondo em oposição uma prática comunicativa, dialógica e horizontal, em que a universidade não impõe, mas se coloca em relação com os saberes populares, reafirmando um exercício ético e uma escuta ativa.

3. O projeto: Rádio apoio RS

Conforme as empresas distribuidoras de energia elétrica CEEE Grupo Equatorial Energia e RGE Sul, durante o período da enchente foram registradas 2.476.328 unidades interrompidas (CEEE, 2024) e 315,2 mil clientes impactados (RGE, 2024). Como consequência, a ausência de energia elétrica inviabilizou e/ou dificultou o acesso à informação, dado que todas as formas midiáticas de comunicação dependem de recarga para funcionamento.

Em resposta a essa situação, vinculando-se a iniciativa da UNISC, o projeto de extensão “Rádio Apoio RS: campanha de arrecadação de rádio a pilha e pilhas e produção de conteúdo sobre as enchentes” teve como objetivo a viabilização do acesso à informação de interesse público durante a enchente na região centro do Estado, por meio de arrecadação e distribuição dos materiais para as comunidades impactadas pela falta de energia elétrica (UFSM, 2024). Contando com a participação de docentes e discentes do Departamento de Comunicação Social da UFSM, o projeto iniciou suas atividades no mês de maio de 2024.

Diante da falta de energia elétrica e das dificuldades de comunicação digital, a iniciativa arrecadou e distribuiu rádios à pilhas e pilhas para comunidades afetadas, especialmente em áreas isoladas. A equipe distribuiu pontos de coleta, recolheu as doações e, em contato com equipes civis e da defesa civil, encaminhou os equipamentos

para as comunidades mais afetadas. As figuras 1 e 2 ilustram o trabalho de organização dos equipamentos para envio.

Figuras 1 e 2: Concentração e organização dos equipamentos para doação



Fonte: Arquivo de registros do projeto, 2024

Foram recebidas doações de rádios e doações via pix, para compra de rádios e pilhas. Foram distribuídos trinta e cinco (35) rádios para famílias em Agudo/RS, quinze (15) para Nova Palma/RS, entregues através da Emater RS e da Prefeitura Municipal, respectivamente. Além destes, foram distribuídos equipamentos de rádios, pilhas, lanternas e velas em parceria com a campanha SOS Quarta Colônia, distribuídos em áreas de difícil acesso.

O excedente financeiro arrecadado foi destinado à compra de materiais escolares, doados ao Programa de Educação Tutorial do curso de Educação Física da UFSM, em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas Educação em Ciências em Diálogo (GAPECID) e a 8ª Coordenadoria Regional de Educação.

A campanha trouxe à tona o tensionamento do digital online em contraponto à eficácia do rádio como meio de comunicação em situações de emergência, possibilitando que informações públicas, como alertas da Defesa Civil, chegassem à população sem luz e sem internet. Além disso, evidenciou as desigualdades digitais no estado e reforçou o papel da universidade pública na promoção da cidadania, no combate à desinformação durante as crises e na promoção do debate acerca das formas de comunicar em situações de calamidade. A vivência através do projeto ressalta a importância de estratégias de comunicação pública adaptadas a contextos de

calamidade, ressaltando a necessidade de políticas, técnicas e produtos que assegurem o direito à informação de forma equitativa e democrática.

4. Considerações Finais

Entende-se que através do projeto, as universidades envolvidas e a área da comunicação social nas suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, estabeleceram diálogo com a sociedade em momento de calamidade pública, oferecendo respostas técnicas em tempo hábil, pautadas por uma postura ética e humana à necessidade de informação. Ademais, a participação no projeto proporcionou aos integrantes uma formação cidadã e pró-ativa diante da adversidade. Por fim, compreende-se que o projeto evidenciou as universidades como atores importantes na mitigação da crise, ao colaborar para a proteção da vida.

Referências

ABCPública. - Associação Brasileira de Comunicação Pública. **Entrevista de Jorge Duarte para o Observatório da Comunicação de Crise.** <https://abcpublica.org.br/observatorio-da-comunicacao-de-crise/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**, 11 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1qwp3z77o> . Acesso em: 21 de mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 08 jun. 2025

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 27 out. 2024.

CEEE GRUPO EQUATORIAL ENERGIA. Relatório de interrupção em situação de emergência ISE 11.2024. Disponível em:

https://ceee.equatorialenergia.com.br/ceee/interruptao-em-situacao-de-emergencia-ise/relatorio-ise-11-2024-ceee_eqtl_rs-maio/view. Acesso em 07 jun. 2025

DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL.
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/municipios-10-06-2024.pdf>

FANTINEL, R. Impactos sanitários, sociais e jurídicos na população afetada pelas enchentes no RS. 2025. Palestra apresentada no Congresso Brasileiro sobre Catástrofes Climáticas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitorias de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**, maio de 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> Acesso em: 03 jun. 2025.

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, 2024. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=997980>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

RGE. RGE atualiza informações sobre o fornecimento de energia elétrica no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.rge-rs.com.br/situacao-de-emergencia>. Acesso em: 07 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Política de extensão da UFSM: Resolução n. 006/2019, de 29 de abr. 2019. Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/politica-de-extensao-da-ufsm>. Acesso em: 7 jun. 2025